

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.197 - SP (2019/0015807-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **BRAGA INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**
AGRAVANTE : **TECNISA S/A**
ADVOGADO : **LUIZ OTAVIO BOAVENTURA PACIFICO E OUTRO(S) - SP075081**
AGRAVADO : **ALOISIO SILVA MARGARIDO PIRES**
ADVOGADOS : **BRUNA ARAÚJO JORGE - SP251518**
CAMILA ZAMBRONI CREADO E OUTRO(S) - SP235487

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COMISSÃO DE CORRETAGEM E TAXA SATI. RESTITUIÇÃO. VERBAS QUE INTEGRARAM O TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. REVER A CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. MULTA DO ART. 523, § 1º, DO CPC/2015. PAGAMENTO ESPONTÂNEO. NÃO OCORRÊNCIA INCIDÊNCIA. MULTA. INCIDÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. INVERSÃO. ENTENDIMENTO. INSTÂNCIA ORDINÁRIA. REVOLVIMENTO. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por Braga Investimentos Imobiliários Ltda. e Tecnisa S.A., com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 491):

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS (FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA) IMPUCNAÇÃO

acolhimento e extinção da execução - Inconformismo do impugnado - Cabimento Restituição de valores pagos a título de comissão de corretagem e taxa de assessoria que integra o montante da condenação, conforme decidido na r. sentença (mantida, nesse particular, por aresto desta Turma Julgadora que apenas afastou a pretensão visando o recebimento em dobro de tais valores) - Multa do art. 475-J do CPC então vigente que é devida, tendo em vista que, não obstante o depósito pela devedora, esta houve por bem ofertar impugnação Depósito efetuado para garantia do Juízo e não para adimplemento da obrigação - Precedentes - Condenação da impugnante em verba honorária Descabimento Súmula 519 do C. STJ - Sentença reformada - Recurso parcialmente provido.

Na origem, o Juízo singular, no bojo dos autos da ação de obrigação de fazer cumulada com indenização ajuizada por Aloísio Silva Margarido Pires, ora em fase de cumprimento de sentença, julgou-a parcialmente procedente, para condenar as rés no pagamento de lucros cessantes.

O autor apelou, sustentando, em síntese, que as verbas referentes à comissão de corretagem e taxa SATI integram a execução, sendo devida a restituição pelas rés, defendendo, ainda, o cabimento da multa prevista no art. 475-J do CPC/1973.

O Tribunal de Justiça deu parcial provimento ao apelo para rejeitar a impugnação deduzida pela executada/apelada, determinando o prosseguimento da execução (e-STJ, fls. 490-494).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 511-513).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 516-525), as recorrentes alegaram violação aos arts. 515, 523, § 1º, e 786 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentaram, em síntese, a necessidade de extinção do cumprimento de sentença, tendo em vista que não há determinação judicial transitada em julgado que determine a obrigação de pagamento de comissão de corretagem e taxa SATI ao recorrido.

Defenderam a ausência de título executivo, afirmando que as verbas pleiteadas não estão previstas na sentença. Aduziram que a pretensão executória deve ser líquida, certa e exigível, condição não demonstrada pelo recorrido no bojo do cumprimento de sentença.

Insurgiram contra a condenação à multa do art. 523, § 1º, do CPC/2015, argumentando que o valor foi depositado integralmente para a garantia do juízo e estava à disposição do exequente.

Postularam, assim, a reforma do acórdão recorrido para afastar os valores cobrados a título de comissão de corretagem e Taxa SATI, por ausência de título executivo judicial, além do decote da referida multa do art. 523, § 1º, do CPC/2015.

A decisão da Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal de

Justiça do Estado de São Paulo deixou de admitir o recurso especial por incidência da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 539-540).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 546-550 (e-STJ), e contraminuta apresentada às fls. 553-557 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Ao analisar a situação fático-jurídica dos autos, o Tribunal de origem condenou as agravantes à restituição, em favor do agravado, dos valores adimplidos a título de comissão de corretagem e taxa SATI, considerando os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 492-493 - sem grifo no original):

Respeitado o entendimento do d. Magistrado de primeiro grau, inexistente o excesso de execução apontado pela impugnante e aqui apelada.

Com efeito, basta a leitura da r. sentença proferida na fase de conhecimento (confirmada por esta Turma Julgadora - Apelação n. 1003805-71.2014.8.26.0577) para se verificar que, dentre outras verbas, **foi a ré condenada a restituir ao autor, na forma simples, os valores pagos a título de comissão de corretagem e taxa SATI. Como consequência e por óbvio, tais verbas integram o título executivo e são devidas.**

Da leitura das razões expendidas, extrai-se que o acórdão consignou expressamente que as referidas verbas integraram o título executivo, de modo que não há como acolher a irresignação recursal e alterar a referida conclusão sem proceder ao reexame fático-probatório dos autos, procedimento vedado pelo óbice da Súmula n. 7 do STJ.

No tocante à multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC/2015, o Colegiado estadual compreendeu pelo seu cabimento ao entendimento de que, "embora a impugnante tenha efetuado o depósito no prazo previsto no citado dispositivo legal, fê-lo

para discutir o débito e não para adimplir a obrigação" (e-STJ, fl. 493).

Nesse contexto, a decisão vergastada mostra-se alinhada com o entendimento jurisprudencial desta Corte, pacífico no sentido de que a multa a que se refere o art. 523 do Código de Processo Civil de 2015 será excluída apenas se o executado depositar voluntariamente a quantia devida em juízo, sem condicionar seu levantamento a qualquer discussão do débito.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE COBRANÇA. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO ESPONTÂNEO. INCIDÊNCIA DE MULTA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Observa-se que as matérias referentes aos arts. 9º e 525, do Código de Processo Civil, não foram objeto de discussão no acórdão recorrido e a parte recorrente não manejou os necessários embargos de declaração objetivando suprir eventual omissão. Portanto, não se configura o prequestionamento, o que impossibilita a apreciação de tal questão na via especial (Súmulas 282 e 356/STF).

2. A multa a que se refere o art. 523 do Código de Processo Civil de 2015 será excluída apenas se o executado depositar voluntariamente a quantia devida em juízo, sem condicionar seu levantamento a qualquer discussão do débito.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1271636/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. MULTA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A multa a que se refere o art. 523 do Código de Processo Civil de 2015 será excluída apenas se o executado depositar voluntariamente a quantia devida em juízo, sem condicionar seu levantamento a qualquer discussão do débito.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1688698/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 04/05/2018)

Tem aplicação, portanto, a Súmula 83 desta Corte.

De qualquer modo, para modificar a conclusão exarada no acórdão recorrido a respeito do cabimento da aludida multa, demandaria necessariamente o

reexame do arcabouço probatório constante do feito, o que não se admite no âmbito do recurso especial ante a incidência da Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

